

Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 6 a 10 de maio de 2019

POPULISTAS NO PODER

A abordagem ideacional aplicada aos governos populistas

Ana Laura Rodrigues Ferreira Ferrari

Mestranda em Ciência Política

Departamento de Ciência Política

FFLCH-USP

São Paulo

Abril de 2019

Resumo

Este projeto de pesquisa foi apresentado em outubro de 2018 ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP e, com melhorias, em março de 2019 à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ele se insere na agenda de pesquisa que utiliza a *abordagem ideacional* de populismo, e, desta forma, entende o populismo como uma ideologia. Todavia, em oposição à maioria das pesquisas resultantes da abordagem ideacional, a presente pesquisa elabora uma crítica a sua ênfase no discurso, argumentando que a identificação do populismo exclusivamente por meio do discurso de lideranças políticas é incapaz de delimitar satisfatoriamente a extensão do conceito e de identificar e classificar governos populistas. Assim, a ausência de aspectos institucionais na classificação de populismo é levantada como uma lacuna no campo. Esta falha, entretanto, não é consequência de uma incapacidade estrutural da abordagem estrutural, que é passível de ser ampliada analiticamente. Neste contexto, a presente pesquisa se propõe a: 1) pelo acréscimo da dimensão institucional, suplementar a abordagem ideacional de populismo para que ela seja capaz de informar o estudo de governos populistas e classificar governos como mais ou menos populistas e 2) testar uma definição ampliada mediante operacionalização, elaboração e aplicação de um método que classifique, por meio da análise de ações governamentais específicas, os governos de lideranças políticas que chegaram à chefia do Executivo e que empregam um discurso populista como mais ou menos populistas. O primeiro objetivo, de caráter teórico, será articulado por meio da revisão da literatura da área e da definição de governo populista através da intersecção das dimensões discursiva e institucional. O segundo objetivo, de caráter empírico, será perseguido pela comparação da definição de avanço autoritário a ser produzida às práticas governamentais de lideranças consideradas populistas pelo discurso, utilizando, para isso, de bases de dados que avaliam a qualidade da democracia. A seção *Introdução e justificativa* expõe a importância da abordagem ideacional, aponta suas limitações e a lacuna encontrada no campo e delinea os objetivos da presente pesquisa. A seção *Síntese da bibliografia fundamental e desenvolvimento* detalha a compreensão da abordagem ideacional sobre populismo, retoma suas vantagens analíticas, aprofunda a identificação da lacuna adiantada em seção anterior e explica as condições para a inserção de uma dimensão institucional à abordagem ideacional. A seção *Metodologia*, por sua vez, especifica a metodologia que embasará o desenvolvimento do projeto.

1. Introdução e justificativa

Populismo é um termo adotado para caracterizar fenômenos tão diversos quanto a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 e o governo de Juan Domingo Perón na Argentina no século XX. O termo esteve em voga nos últimos anos devido ao aumento da

representação de partidos de direita considerados populistas em parlamentos pela Europa e à ascensão ao poder de lideranças como Andrzej Duda, na Polônia. Utilizado tanto em meio acadêmico quanto em meio jornalístico, e frequentemente empregado neste último como adjetivo pejorativo, é correto afirmar que não há consenso quanto a sua definição.

Há autores que defendem que populismo é um conceito vago e difícil de ser aplicado a qualquer realidade política (PLATTNER, 2010). De fato, a palavra já foi empregada em relação à defesa e à concretização de uma política econômica que resulta em desequilíbrio fiscal (DORNBUSCH, EDWARDS, 1991; ACEMOGLU, EGOROV, SONIN, 2013), ao uso de discursos simplistas e emocionais para conquistar o eleitorado (BERGSDORF, 2000 apud MUDDE, 2004) e ao apoio de classes sociais específicas a um líder político (MÜLLER, 2016, p. 22), entre outros.

Com a multiplicação das publicações sobre o assunto ao longo das últimas décadas (KALTWASSER et. al. 2017), abordagens conceituais específicas ganharam proeminência e outras definições, como as citadas acima, foram gradualmente desacreditadas. Se ainda há discussão sobre a melhor maneira de precisar que é populismo, a maioria dos autores concorda que o fenômeno não deve ser definido pelo tipo de política econômica implementada, que se altera a depender do governo populista analisado (WEYLAND, 2017. p. 15), pela presença de racionalidade ou de emoção em discursos políticos, fator difícil de ser identificados empiricamente por critérios não arbitrários (MUDDE, 2004, p. 542) ou pelo apoio de classes sociais que, na prática, variam de caso para caso (MÜLLER, 2016, p. 22).

Hoje, no campo da ciência política, quase um terço das publicações sobre populismo utiliza a abordagem ideacional (MUDDE, 2004) para definir o fenômeno (KALTWASSER et. al., 2017). Pela estimativa de Kaltwasser et. al. (2017), 57% das publicações não se enquadram nas definições ideacional (28%), político-estratégica (13%), cultural (1%) ou econômica (1%) – não pela inexistência de conceituações significativas no campo, mas porque boa parte dos trabalhos sobre o tema não explicita o que entende por populismo. Por conta da alta fragmentação da literatura e das possibilidades de interpretações decorrentes dessa fragmentação, essa proporção a torna a definição mais influente e consolidada na literatura.

Para a abordagem ideacional, populismo é uma ideologia tênue (*thin-centered*) que “considera que a sociedade separa-se em dois grupos homogêneos e antagônicos, o ‘povo puro’ versus a ‘elite corrupta’, e que argumenta que a política deveria ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (MUDDE, 2004, p. 543, tradução nossa). Em suma, e apesar de resistências ao uso do termo ideologia, definições que entendem que a polarização entre o povo e a elite é a característica central do populismo são consideradas parte da abordagem ideacional, em oposição a abordagens que o caracterizam como uma estratégia política (WEYLAND, 2001) ou como uma performance sociocultural (OSTIGUY, 2017), entre outras opções.

Enquanto “conjunto coerente e relativamente estável de crenças e valores” (KNIGHT, 2006, tradução nossa), uma ideologia pode ser sustentada por diferentes atores, com diferentes prerrogativas institucionais. Crenças e valores ganham realidade porque são perpetuados por pessoas, seja por meio da enunciação de discursos, seja por meio da concretização de ações coerentes com a defesa de certa visão de mundo (KNIGHT, 2006). Nesse sentido, a compreensão do populismo como ideologia permite identificá-lo entre eleitores, partidos políticos, lideranças da oposição, primeiros-ministros e presidentes no exercício do poder, entre outros (MUDDE, 2017). Por mais que as possibilidades de concretização de ações variem profundamente entre eles, a manifestação por meio do discurso está aberta a todos.

Dentre as pesquisas fundamentadas na abordagem ideacional, que são as mais comuns no campo da ciência política quando se trata de populismo, a agenda que identifica o populismo no discurso é a mais frequente. Pela definição teórica das características que identificam o populismo no discurso e pela construção de um método para classificá-lo – desenvolvido pela primeira vez por Hawkins (2009) e chamado de *classificação holística* –, ampla gama de pesquisas empíricas passou a analisar discursos de lideranças políticas e os conteúdos textuais de manifestos de partidos políticos e de entrevistas aplicadas ao eleitorado para apontar níveis de populismo entre estes atores (HAWKINS et. al., 2018). A elaboração deste e de outros métodos de análise do discurso possibilitou a multiplicação de pesquisas comparativas aplicadas a exemplos de localidades e contextos históricos diversos, superando

uma dificuldade habitual da área, que frequentemente restringia a análise a regiões ou décadas específicas.

Para esta agenda, todo e qualquer discurso pode vir a ser identificado como populista, a depender de critérios embasados na definição ideacional e elencados por pesquisas empíricas. Entre estes critérios, contra os quais são comparados os conteúdos textuais analisados, estão, em geral, a adoção de uma visão maniqueísta da política (nós vs. eles), a crítica contumaz à elite, a interpretação do povo como portador de uma vontade unificada (HAWKINS, 2009), entre outros pontos decorrentes da definição apresentada anteriormente. Para apontar um exemplo, por meio do estabelecimento destes critérios e da análise do discurso, é possível enumerar como mais ou menos populistas os candidatos à presidência dos Estados Unidos nas eleições de 2016, os líderes partidários do parlamento grego em 2015 e os candidatos à presidência da Venezuela nas eleições de 2013, comparando-os na mesma pesquisa (HAWKINS, KALTWASSER, 2018).

Para autores que adotam a abordagem ideacional e métodos de análise do discurso, a vantagem deste tipo de pesquisa é possibilitar a identificação do populismo pelo lado da oferta – em lideranças que pleiteiam o governo ou exercem o poder – e pelo lado da demanda – nas preferências e crenças do eleitorado manifestadas pelo discurso (MUDDE, 2017, p. 39). Como parte dos conteúdos textuais analisados vêm de declarações públicas, os dados necessários para a realização destas pesquisas são de fácil acesso, possibilitando seu avanço. Assim, à medida que um objetivo frequente identificado nesta tradição é estabelecer quais lideranças no exercício do poder podem ser consideradas populistas, também é comum a tentativa de classificar presidentes e primeiros-ministros como populistas por meio da análise de seus discursos públicos.

Apesar dos avanços inegáveis na identificação da ideologia populista no discurso de diversos atores – inclusive de lideranças no exercício do poder –, a abordagem ideacional e as pesquisas empíricas alicerçadas sobre ela não estão livres de críticas. Aponta-se, primeiramente, que a definição de populismo como ideologia não deveria limitar sua existência ao conteúdo das enunciações. Como toda ideologia, o populismo pode resultar na concretização de ações, para além da defesa de pontos de vista ou opiniões (KNIGHT, 2006). Além disso, é preciso considerar que o discurso político é frequentemente vago e

incompatível com a ação, e que enunciar uma intenção não é o mesmo que concretizá-la (WEYLAND, 2017). Ainda assim, a abordagem ideacional, ao restringir-se ao discurso, torna-se insuficiente para observar as prerrogativas institucionais dos autores dos discursos que examina ou possíveis ações resultantes destas prerrogativas.

Se esta limitação não é grande impeditivo para a identificação da ideologia populista no eleitorado ou em lideranças da oposição – que não têm ou têm poucos meios de concretizar suas visões de mundo, passando da ideia à ação –, ela aponta uma falha relevante para a identificação e classificação de governos e lideranças no exercício do poder como populistas. Afinal, não é apenas o conteúdo discursivo enunciado por lideranças populistas que levanta interesse pela sua observação, mas o tipo de governo empreendido neste contexto (MUDDE, KALTWASSER, 2017).

Grande parte do interesse no estudo de governos populista se dá porque, reconhecidamente, sua característica comum é adotar ação governamental autoritária em relação a garantias e ideais previstos na democracia liberal, caracterizada pela “importância intrínseca da transparência, liberdades civis, Estado de direito, accountability horizontal (pesos e contrapesos efetivos) e direitos da minoria (COPPEDGE, et. al., 2011, p. 253, tradução nossa). Como será abordado, a interpretação do povo como entidade homogênea e a compreensão da vontade geral efetivadas pelo populismo levam à adesão a tendências autoritárias (MUDDE, KALTWASSER, 2017).

É certo que, enquanto discurso eleitoral ou da oposição, a defesa da representação do verdadeiro povo, da radical expressão de sua vontade e da exclusão de parte da população (a elite) não traz consequências institucionais imediatas (HUBER, SCHIMPF, 2017, p. 148). Por outro lado, se esta visão de mundo é implementada enquanto ação de governo, pode resultar no enfraquecimento de instâncias que não preveem a decisão pela maioria do eleitorado, na mudança de regras eleitorais visando o favorecimento do “povo” que está no poder, na criação de dificuldades para o livre exercício da oposição por parte dos “inimigos do povo”, entre outros pontos identificados em exemplos da realidade (MÜLLER, 2016; RUMMENS, 2017).

Todavia, por ter seu foco analítico no discurso a por estabelecer que a adoção de um discurso “anti-elite e pró-povo” é condição suficiente para a identificação do populismo

(HAWKINS, 2010; KALTWASSER, 2018, HAWKINS, KALTWASSER, 2017), a abordagem ideacional não oferece meios para observar avanços institucionais reconhecidos pela própria literatura da área (MUDDE, 2004; HAWKINS, 2009; HAWKINS, KALTWASSER, 2017; MUDDE, KALTWASSER, 2018; HAWKINS, KALTWASSER, 2018b). Por conseguinte, não consegue distinguir governos que implementam ações autoritárias justificadas por um discurso populista de governos que agem em conformidade com o arcabouço institucional, apesar do discurso populista. Também não faz nenhuma diferenciação entre uma liderança da oposição – que não consegue implementar a ideologia que propaga –, de um chefe de governo que consegue efetivar esta ideologia da maneira retomada acima.

Ao limitar seu alcance à dimensão discursiva e aceitar incluir como populista (ou portador de um discurso populista) uma ampla gama de casos – do presidente autoritário ao eleitor crítico à elite –, a abordagem ideacional não é capaz de diferenciar lideranças e governos substancialmente distintos, inclui falsos positivos nos resultados de pesquisas empíricas, mostra-se insuficiente para delimitar a extensão do conceito e é incapaz de identificar e classificar governos como mais ou menos populistas. Esta é a limitação que esta pesquisa visa explorar.

Para atuar sobre este problema, o objetivo teórico da presente pesquisa é suplementar a abordagem ideacional de populismo para que ela seja capaz de informar o estudo de governos populistas e classificar governos como mais ou menos populistas. Como será aprofundado, entende-se que a abordagem ideacional aceita desdobramentos sobre as ações governamentais que levam a governos populistas, mas defende-se que a dimensão institucional deve ser devidamente integrada a sua definição de populismo para que a identificação e classificação de governos populistas seja possível.

O segundo objetivo, que auxilia a concretização do primeiro, é testar esta definição ampliada mediante operacionalização, elaboração e aplicação de um método que classifique, por meio da análise de ações governamentais específicas, os governos de lideranças políticas que chegaram à chefia do Executivo e que empregam um discurso populista como mais ou menos populistas. Do mesmo modo que a construção de métodos aplicáveis a classificação de discursos possibilitou o avanço da abordagem ideacional, entende-se que suplementação

da definição de populismo cumprirá finalidade mais produtiva se for capaz de classificar governos populistas empiricamente.

Como já foi adiantado, superar a lacuna aqui identificada é relevante porque um objetivo frequente das pesquisas inseridas na abordagem ideacional não está sendo cumprido satisfatoriamente. Se a descrição de populismo resultante da abordagem ideacional é empregada com maior ênfase na tentativa de classificar lideranças que chegaram à chefia do executivo como mais ou menos populistas, e pesquisas baseadas na análise do discurso analisam, em sua maioria, manifestações de presidentes e primeiros-ministros no exercício do poder (MUDDE, 2004; HAWKINS, 2010; HAWKINS, KALTWASSER, 2017), a ausência da dimensão institucional nestas análises prejudica seu objetivo principal, impedindo a concretização de pesquisas satisfatórias.

Além disso, distinguir governos populistas para além do discurso e elaborar um método para identificá-los é importante porque, a partir deste esforço, é possível discutir quais são suas consequências para o regime político em que eles tomam forma – a democracia liberal (ou democracia representativa) moderna (URBINATI, 2004). Além disso, com o uso frequente do termo populismo na análise de governos ao redor do mundo, é relevante delimitar sua existência enquanto discurso e sua existência enquanto prática de governo para moldar atuações em relação aos casos da realidade. Por fim, uma complementação da definição ideacional permite entender quais dimensões, para além do discurso, devem ser consideradas na identificação do populismo no poder e em pesquisas sobre os fatores que facilitam ou dificultam a existência do fenômeno.

Para além de vantagens analíticas a serem explicadas, a escolha da abordagem ideacional é reforçada porque a abordagem político-estratégica, segunda mais utilizada no campo, também não é aplicável a análise de governos populistas. Apesar de considerar o que lideranças populistas “de fato fazem, especialmente em como elas buscam e mantêm o poder político” (WEYLAND, 2017, p. 49, tradução nossa), a definição privilegia a análise do tipo de governante (personalista), da sua capacidade de exercer poder (pela mobilização da massa heterogênea) e da sua relação com a base de apoio (sem mediações). Desconsidera, assim, possíveis tentativas de enfraquecimento de mecanismos de restrição de poderes,

impedimento de participação de opositores, entre outros pontos a serem examinados pela presente pesquisa.

Explicita-se, ainda, que a definição de populismo desenvolvida por Laclau (2005), apesar de situá-lo no campo das ideias, não é considerada parte da tradição ideacional e não será analisada por esta pesquisa. Diferenças relevantes impendem esta aproximação, como o ímpeto normativo no trabalho do autor argentino que argumenta que o populismo é o único discurso democrático capaz de unificar maiorias em torno de um projeto transformador (HAWKINS, KATWASSER, 2017). Por terem perspectivas significativamente diferentes em relação aos efeitos do populismo, o fato da definição de Laclau e da definição ideacional trabalharem com a distinção povo vs. elite não é suficiente para que elas sejam consideradas parte da mesma tradição (HAWKINS, KALTWASSER, 2018b, p. 4).

A contribuição pretendida para este trabalho é o avanço da definição ideacional e seu emprego na classificação de ações governamentais como mais ou menos populistas. Esta contribuição se insere em uma definição específica de um conceito frequentemente contestado. Mesmo assim, é relevante porque trabalha com a abordagem mais consolidada do campo e que mais resulta em pesquisas comparativas. No lugar de contestar a única definição consolidada no campo, complementá-la para discutir outros modos de aplicá-la a casos práticos pode trazer avanços e indicar caminhos a pesquisas posteriores.

Delimitada a escolha da abordagem ideacional, a lacuna encontrada no campo e os objetivos da presente pesquisa, a próxima seção detalha a compreensão da abordagem ideacional sobre populismo, aprofunda a identificação da lacuna aqui adiantada e explica as condições para a inserção de uma dimensão institucional à abordagem ideacional. A seção *Metodologia*, por sua vez, especifica a metodologia que embasará o desenvolvimento do projeto, aborda a factibilidade dos objetivos propostos no tempo hábil de um programa de mestrado acadêmico e planeja sua execução por meio de um cronograma.

2. Síntese da bibliografia fundamental e desenvolvimento

Como já foi adiantado, a abordagem ideacional entende o populismo como um ideologia tênue (*thin-centered*) que “*considera que a sociedade separa-se em dois grupos homogêneos e antagônicos, o ‘povo puro’ versus a ‘elite corrupta’, e que argumenta que a*

política deveria ser uma expressão da volonté générale (vontade geral) do povo” (MUDDE, 2004, p. 543, tradução nossa). Neste contexto, ideologia tem um sentido amplo, representando apenas um conjunto de ideias normativas sobre a organização e o propósito da sociedade (MUDDE, 2017). Apesar de resistências ao uso do termo ideologia por parte de alguns autores, descrições que entendem que a ideia em torno da divisão povo/elite é a característica central do populismo podem ser consideradas ideacionais (MUDDE, 2017).

A ideologia populista é considerada tênue porque não oferece proposições completas para enfrentar problemas sociais e políticos. Difere-se, nesse sentido, de ideologias plenas (*full ideologies*) como o liberalismo ou o socialismo (HAWKINS, KALTWASSER, 2018b, p. 4). Por girar em torno de um núcleo restrito de conceitos – povo, elite e a expressão da vontade geral – o populismo restringe-se a interpretar a estrutura de poder da sociedade e a propor a implementação da vontade geral (MUDDE, 2004, p. 544; RUMMENS, 2007, p. 408). Também por esta razão, a ideologia populista funde-se necessariamente a outras ideologias na busca por poder político, aparecendo tanto à esquerda como à direita do espectro político (HUBER, SCHIMPF, 2017). É inteiramente coerente que haja populistas socialistas ou populistas nacionalistas, para ficar em duas possibilidades (TAGGART, 2000).

Todavia, diferente de ideologias que interpretam a sociedade na divisão de classe ou nação, o populismo em si elabora esta divisão exclusivamente pela moralidade (MUDDE, 2017, p. 29; CLEEN, 2017). Enquanto o povo é puro e autêntico, sustentando valores e opiniões que beneficiam a todos, a elite prioriza interesses especiais, defende seus próprios privilégios e é alienada dos verdadeiros valores e opiniões compartilhados pelo povo (RUMMENS, 2007, p. 408). Para que esta visão faça sentido, povo e elite devem ser interpretados como grupos homogêneos, com interesses claros e perceptíveis – o que nega divergências no interior de cada um deles.

Um dos artifícios da lógica populista é defender que a elite – identificada por sua característica de grupo minoritário que mantém mais poder e prestígio que o restante da população na política, economia, cultura, etc. – não faz parte do “povo” que dá sustentação à legitimidade do processo democrático, e por isso não precisa ser considerada. Neste contexto, o “povo” não é interpretado como uma parte da sociedade, mas como o todo, adquirindo um sentido ficcional (MÜLLER, 2016). A reivindicação pela exclusão da elite,

então, é parte da própria ideologia populista, que transforma simpatias políticas em identidades sociais e, pela polarização, constrói um grupo como ameaça ao próprio modo de vida do outro grupo (HAWKINS et. al., 2018).

Parte da literatura inserida na abordagem ideacional ressalta que movimentos, líderes e partidos de ideologia populista sustentam a crença na representação exclusiva do povo (MÜLLER, 2016). Como consequência da visão maniqueísta própria do populismo, defende-se que apenas um líder ou grupo é capaz de assimilar as reivindicações do povo e agir em seu interesse. Por conseguinte, qualquer oposição enfrentada por esse(s) representante(s) pode ser enquadrada como divergência direta à vontade geral do povo e alinhamento automático aos interesses da elite, em um mecanismo de justificação de posições tomadas e blindagem de críticas recebidas.

Ainda, ao considerar o povo uma entidade homogênea em que não existe dissensos, a ideologia populista firma o entendimento de que a expressão da vontade geral existe, é transparente, absoluta e pode ser representada (MUDDE, KALTWASSER, 2017, p. 18). Para isso, exalta-se a superioridade do “senso comum” no processo de reivindicação da representação exclusiva do povo e afirma-se que se assimila a vontade geral do povo porque *se faz parte dele ou se pensa como ele* (MUDDE, 2017). Destaca-se que, nesse processo, não é necessário existir qualquer mecanismo de contabilização da opinião popular – como plebiscitos ou pesquisas de opinião (MÜLLER, 2016). Pelo contrário, é esta conexão direta entre um grupo ou uma liderança e o povo que permite a assimilação e expressão de seus interesses.

À vista disso, a ideologia populista pode ser considerada uma das oposições possíveis ao pluralismo (MUDDE, 2017, p. 34). Se o pluralismo considera que há grupos e indivíduos com interesses diversos na sociedade, e que todos têm legitimidade para participar do processo decisório da política, o populismo considera que os seus apoiadores têm uma vontade uníssona e que todos os seus opositores são moralmente inferiores e não devem ter voz (MÜLLER, 2016). Assim, o populismo deve ser visto como distinto de outras visões consideradas democráticas (HAWKINS et. al., 2018).

Hawkins (2009) é o autor que apresenta, pela primeira vez, uma medida capaz de identificar o populismo no discurso de diferentes atores, independente de seus países de origem

ou dos períodos históricos específicos. O método desenvolvido pelo autor consiste em preparar um guia que define o que é um discurso populista – a partir da literatura da área e de discursos de lideranças amplamente consideradas populistas – em oposição à definição de um discurso pluralista. O conteúdo a ser avaliado – discursos de lideranças políticas, na maior parte dos casos – é então interpretado e comparado ao guia pelo sentido de sua totalidade, e não pela presença de palavras ou frases em particular. Esta metodologia é conhecida como *classificação holística*, e com o treinamento adequado dos avaliadores e avaliações cruzadas, garante-se um resultado confiável na afirmação dos padrões de significado dos discursos analisados (para detalhes da metodologia, ver HAWKINS, 2009).

Ao construir um método consistente que pode ser usado por pesquisas que utilizam a abordagem ideacional, o trabalho de Hawkins (2009), posteriormente desenvolvido em livro (*Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective*, 2010), ganhou relevância, apresentou avanços indiscutíveis e tornou a agenda de classificação de discursos populistas mais frequente. Não está livre de críticas, entretanto. Para Weyland (2017), deve-se levar em consideração que a retórica política é frequentemente vaga e incompatível com a ação, e que enunciar uma intenção não é o mesmo que concretizá-la.

Para Hawkins (2009; 2010), por exemplo, tanto Hugo Chávez, na Venezuela, quanto George W. Bush, nos Estados Unidos, são populistas – mesmo considerando que Bush “não agiu como um populista no exercício da presidência, [...] e nunca buscou mudanças constitucionais para mudar ou acabar com pesos e contrapesos e aumentar o poder presidencial” (WEYLAND, 2017, p. 53, tradução nossa). Vasilopoulou et. al. (2016) classificam todos os 5 partidos com presença no parlamento grego entre 2009 e 2011 como populistas, em maior ou menor grau; Hawkins e Kaltwasser (2018a) concluem que, na Venezuela, Nicolás Maduro (PSUV) e o líder de oposição ao seu governo, Henrique Capriles (PJ), foram similarmente populistas nas eleições de 2013; com base em dados textuais, também afirmam que Ted Cruz, Senador Republicano pelo Texas nos Estados Unidos, empregou um discurso moderadamente populista durante o ano de 2016. Bonikowski e Gidron (2016) argumentam que populismo é um atributo do discurso, e não uma classificação de lideranças políticas. Defendem, então, que o nível de populismo no discurso de lideranças

altera-se de pleito para pleito, e que Bill Clinton foi moderadamente populista na campanha de 1992, mas não o foi na de 1996.

Outro exemplo de possíveis imprecisões na aplicação da abordagem ideacional é o projeto *The PopuList*, que reúne dezenas de acadêmicos e jornalistas em um esforço coletivo para classificar os partidos políticos europeus que obtiveram mais de 2% de votos em ao menos uma eleição nacional desde 1998 como *populistas, de extrema-direita, de extrema-esquerda e/ou eurocéticos*. O resultado do esforço é que, dos 127 partidos listados que se enquadram em ao menos uma das classificações elencadas acima, e pertencentes a 30 países, 82 são considerados populistas (65%) pela análise dos discursos baseada na abordagem ideacional (MUDDE, 2004). Mais importante, 7 de 8 partidos com representação no parlamento da Bulgária, 6 dos 9 partidos com representação na Câmara baixa da República Checa, metade dos partidos do parlamento grego e 1/3 dos partidos com representação na Câmara baixa italiana são classificados como populistas por esta listagem, por apresentarem discursos considerados populistas (ROODUIJN et. al., 2019).

Para além da existência do populismo no discurso, deve ser levado em consideração que uma série de lideranças classificadas como populistas adota similar ação governamental em relação a instituições e procedimentos da democracia liberal, enfraquecendo os mecanismos de restrição de poderes (pesos e contrapesos constitucionais) e negando o direito de participação política a minorias e opositores (MARKOWSKI, 2016; BATORY, 2016), entre outros exemplos. Seja aprovando mudanças na Constituição, em legislação ordinária ou agindo em conformidade com a lei vigente, lideranças populistas são reconhecidas por apresentarem práticas que tendem ao autoritarismo. Exemplos comuns são o controle sobre cortes judiciais importantes, a negação da proteção da lei e do processo judicial legítimo para opositores e o enfraquecimento de organizações da sociedade civil críticas ao governo (MÜLLER, 2016; MÜLLER, 2017). É justamente a adoção de um discurso que reivindica a representação do povo que permite associar uma roupagem democrática a estes tipos de ação, que de outro modo poderiam ser questionadas com maior veemência nas arenas nacional e internacional.

A aprovação de mudanças na Constituição é um exemplo do tipo de ação institucional que pode ser justificada pelo discurso populista. Pela promessa de devolução ao povo do

controle sobre o sistema político que foi subvertido pela elite, alterações na Constituição, por vezes completas, são justificadas. Exemplos reais mostram, todavia, que os efeitos da iniciativa são a centralização do poder no Executivo, maior controle sobre a mídia por parte do governo, a validação de eleições menos livres, entre outros pontos prejudiciais sob a ótica da defesa das instituições da democracia liberal (MÜLLER, 2017, p. 600; LANDAU, 2018).

Por mais que apresente validade para analisar e classificar o discurso que justifica estes avanços institucionais, a abordagem ideacional de populismo, da maneira que o define, é insuficiente para classificar populismos no poder. Por aceitar incluir como populista (ou portador de um discurso populista) uma ampla gama de casos – do presidente autoritário ao eleitor crítico à elite –, e por negligenciar os critérios institucionais retomados acima, é correto afirmar que esta definição apresenta imprecisões a serem superadas para que possa ser aplicada na classificação de governos populistas.

Nota-se que o discurso é um domínio necessário para a identificação do populismo. Na ausência de apelo à representação exclusiva do “povo puro” e à exclusão da elite, deve-se reconhecer outras formas de avanços autoritários que não são populistas. Nesse sentido, a vantagem analítica da abordagem ideacional é atentar-se ao conteúdo do discurso para distinguir a existência de governos populistas de outros tipos de governos autoritários. Ainda, a abordagem permite compreender de que forma as ações governamentais de lideranças populistas são legitimadas e justificadas perante a sua base de apoio e a comunidade internacional por meio do discurso. Defende-se que, mais do que em outros contextos, um líder populista, ao tomar o poder, consegue avançar sobre instituições da democracia com a garantia de certa legitimidade por dizer-se o verdadeiro representante do povo e apresentar-se com um discurso aparentemente democrático. Por fim, ao trabalhar no nível discursivo, a abordagem ideacional permite identificar a existência da ideologia populista entre atores que não estão em posição de governo, como eleitores e a oposição.

Outra vantagem da abordagem ideacional é possibilitar a identificação da ideologia populista entre atores que não estão em posição de governo, como eleitores e a oposição. Um partido político pode empregar um discurso populista ainda que seja minoritário no Legislativo, por exemplo. Para assimilar estes casos, a abordagem ideacional é adequada no ponto em que conclui que o “povo”, como uma entidade ficcional, não necessariamente

corresponde à maioria do eleitorado (MÜLLER, 2016, p. 51). Assim, é possível pensar que há populistas na oposição e no governo, e as duas possibilidades ensejam consequências diferentes. Nas palavras de Müller (2016, p. 35, tradução nossa):

o que distingue os políticos democráticos dos populistas é que os primeiros fazem reivindicações representativas na forma de hipóteses que podem ser empiricamente desacreditadas com base nos resultados reais de procedimentos regulares e instituições, como as eleições. [...] os populistas, ao contrário, persistirão com sua reivindicação representativa não importando o quê; como a sua reivindicação é de natureza moral e simbólica – e não empírica – ela não pode ser refutada.

Vê-se, então, que a reivindicação por representação exclusiva que deslegitima oponentes políticos não é somente de líderes populistas com apoio majoritário, mas também de partidos vencidos em eleições. A realidade e as consequências desse tipo de oposição não podem ser negligenciadas por uma descrição de populismo que se pretende completa. A mesma conclusão é válida para a identificação da ideologia populista no eleitorado, que pode trazer informações relevantes para a agenda de pesquisa que explora as condições necessárias para a ascensão de lideranças populistas ao poder.

Por mais que a análise do discurso seja indispensável, esta pesquisa defende que há uma dimensão institucional, ausente da abordagem ideacional e das pesquisas desenvolvidas atualmente, que deve ser considerada na análise de governos populistas. A existência desta lacuna, a ser explorada, fica mais clara ao se observar que grande parte das pesquisas inseridas nesta tradição avaliam discursos de presidentes e primeiros-ministros no exercício do poder (MUDDE, 2004; HAWKINS, 2010; HAWKINS, KALTWASSER, 2017) na tentativa de classificar lideranças e governos populistas, e que a inclusão de falsos positivos entre estas pesquisas demonstra a incapacidade da abordagem ideacional para identificar governos populistas.

Para justificar a aproximação entre as dimensões discursiva e institucional, é importante ressaltar que, ainda que tenha o discurso como foco, a abordagem ideacional subentende que a crença na visão de mundo “elite vs. povo” pode vir a mobilizar bases eleitorais e a gerar ações concretas por parte de governantes que chegam à chefia do poder executivo, em um processo coerente. A dimensão institucional não está totalmente ausente

desta abordagem, e a compreensão do avanço de lideranças populistas sobre as instituições da democracia é um desdobramento possível. Este exercício é importante para justificar a adequação dos objetivos propostos por esta pesquisa.

No artigo que originou a definição ideacional, Mudde (2004) chega a discutir, mesmo que secundariamente, a relação do populismo com a limitação de poderes. Para o autor, para além de ser uma ideologia identificável pelo discurso, populismo:

é inerentemente hostil à ideia e às instituições da democracia liberal ou da democracia constitucional [...]. Como Margaret Canovan [(1991)] argumentou brilhantemente, o populismo é uma crítica mordaz às limitações democráticas nas democracias liberais. Em sua interpretação extremista da democracia majoritária, rejeita todas as limitações à expressão da vontade geral, mais notavelmente a proteção constitucional das minorias e a independência (da política e, portanto, do controle democrático) das instituições-chave do Estado (por exemplo, o judiciário, Banco Central) (MUDDE, 2004, p. 561, tradução nossa).

Esta interpretação explícita do exercício do poder por lideranças populistas e de sua relação com as instituições da democracia indica um desenvolvimento possível da segunda parte da definição ideacional, que informa que a ideologia populista “*argumenta que a política deveria ser uma expressão da volonté générale (vontade geral) do povo*”. Identificasse, a partir desse ponto, que a expressão da vontade geral a qualquer custo resultaria no fim das limitações democráticas como a proteção constitucional de minorias e a independência de instituições-chave do Estado.

No artigo que deu início ao uso da classificação holística de discursos populistas, Hawkins (2009) evidencia o mesmo sentido para a expressão da vontade geral:

Os direitos processuais associados à democracia liberal, particularmente os direitos das minorias, são vistos pelos populistas como instrumentais e podem ser violados a fim de melhor expressar a vontade do povo. A minoria má deixa de ter legitimidade, cidadania ou, possivelmente, direitos humanos porque optou por lutar contra o bem comum; qualquer respeito concedido à oposição é um dom generoso e não um imperativo moral (HAWKINS, 2009, p. 1044, tradução nossa, destaque nosso).

Em outros exemplos da relação de lideranças populistas com a democracia liberal, Hawkins e Kaltwasser explicam que, “como o populismo busca a expressão política imediata da vontade popular e vê sua oposição em termos diabólicos, há a tendência de adotar uma

atitude de ‘vale tudo’ em relação às instituições democráticas e aos direitos das minorias” (2017, p. 515, tradução nossa). Para Mudde e Kaltwasser, “populistas são propensos a afirmar que ninguém tem o direito de desconsiderar a vontade popular, o que tem importantes consequências para o tipo de governo que os atores populistas sustentam, tanto na teoria quanto na prática” (2018, p. 4, tradução nossa). Detalhando a compreensão da abordagem ideacional, Hawkins e Kaltwasser explicam que as ideias manifestadas pelo discurso de lideranças e de seus apoiadores “têm impacto real no comportamento das lideranças no exercício do poder e nas políticas resultantes disso” (2018b, p. 2, tradução nossa).

Nota-se, então, que a abordagem ideacional de populismo aceita derivação sobre ações governamentais de lideranças populistas no exercício do poder. Apesar disso, e como já foi adiantado, a ênfase no discurso indica que a própria definição apresentada por ela é insuficiente para a classificação de governos como mais ou menos populistas. Ainda no artigo que originou a definição ideacional, por exemplo, Mudde (2004) associa ao populismo lideranças políticas que sempre agiram em conformidade com as instituições da democracia liberal – como Tony Blair, no Reino Unido, e Al Gore, nos Estados Unidos (MUDDE, 2004, p. 550), revelando que o discurso tem mais peso do que a prática. A tese defendida é que, como o populismo se tornou um elemento recorrente em democracias ocidentais desde a década de 1990, políticos do *mainstream* passaram a utilizar a mesma retórica na tentativa de conter o crescimento de lideranças populistas de fora do sistema (MUDDE, 2004, p. 551). Reforça-se, com isso, que a ação governamental de lideranças consideradas populistas não está satisfatoriamente integrada na abordagem ideacional de populismo, que precisa ser suplementada.

As pesquisas que utilizam métodos da análise textual para a identificação do populismo vêm da mesma tradição que estabeleceu a definição ideacional de populismo na literatura. Autores como Mudde, Hawkins e Kaltwasser, além de apresentam inovações na classificação de populismo por meio de discursos, também desenvolveram a agenda de pesquisa que explica, detalha e apresenta as vantagens do uso da abordagem ideacional. Este ponto é relevante para sustentar a consideração de que, apesar da abordagem ideacional aceitar desdobramentos sobre a ação institucional de lideranças populistas, este não é seu foco analítico.

Assim, a lacuna identificada pela presente pesquisa, a ser explorada, é a desconsideração de aspectos institucionais na classificação de lideranças populistas no exercício do poder pela abordagem ideacional. Apesar do discurso ser um fator importante a ser analisado para a identificação do populismo, há diferenças relevantes entre uma liderança que propaga um discurso populista e uma liderança que, ao assumir a chefia do poder Executivo, implementa a ideologia que propaga e acrescenta a “vontade geral do povo” em instâncias em que ela não está prevista.

Entendendo que ausência de aspectos institucionais na classificação de populismo por parte de pesquisas empíricas resultantes da abordagem ideacional não é resultado de uma incapacidade estrutural da abordagem, a presente pesquisa se propõe a: 1) pelo acréscimo da dimensão institucional, suplementar a abordagem ideacional de populismo para que ela seja capaz de informar o estudo de governos populistas e classificar governos como mais ou menos populistas e 2) testar uma definição ampliada mediante operacionalização, elaboração e aplicação de um método que classifique, por meio da análise de ações governamentais específicas, os governos de lideranças políticas que chegaram à chefia do Executivo e que empregam um discurso populista como mais ou menos populistas.

3. Metodologia

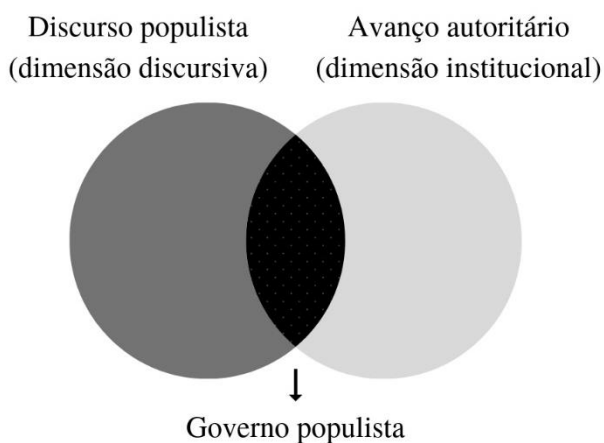
O propósito teórico desta pesquisa – suplementar a abordagem ideacional de populismo por meio do acréscimo da dimensão institucional – será endereçado, primeiramente, pelo estudo da bibliografia relevante sobre a abordagem ideacional (MUDDE, 2004; MUDDE, 2017; MUDDE, KALTWASSER, 2017; HAWKINS, KALTWASSER, 2017; HAWKINS, 2010; MÜLLER, 2016; HAWKINS, KALTWASSER, 2018a, HAWKINS, KALTWASSER, 2018b). O acompanhamento da produção mais recente na área pode ser feito por meio do site Team Populism (<https://populism.byu.edu/>), que é um projeto organizado por Hawkins e hospedado na universidade Brigham Young, nos Estados Unidos.

Compreende-se que o esforço teórico a ser efetivado por esta pesquisa deve seguir dois caminhos. O primeiro deles é definir de modo claro o que se entende por avanço autoritário e quais ações governamentais empreendidas por lideranças consideradas populistas são suficientes para caracterizá-lo. O acréscimo da dimensão institucional à abordagem

ideacional se dá justamente neste ponto, em que a pesquisa se propõe a elencar medidas concretas a serem consideradas na avaliação da existência de avanço autoritário em diferentes governos. O segundo caminho a ser seguido para cumprir o objetivo teórico é definir, de modo claro, o que se entende por governo populista. Esta definição se dará na intersecção de avanço autoritário (dimensão institucional) e de discurso populista (dimensão discursiva). Por meio da identificação da ideologia populista no discurso e de sua efetivação por meio de ações governamentais que levam a avanços autoritários, pretende-se delimitar o que é governo populista e superar a lacuna aqui identificada.

A imagem abaixo indica os domínios a serem considerados no cumprimento do trabalho conceitual a ser desenvolvido. Parte-se da compreensão de que há discurso populista sem a efetivação da ideologia na prática (HAWKINS, KALTWASSER, 2018b), mas a existência de governos populistas necessita das duas dimensões: o discurso e o avanço institucional autoritário. Por outro lado, apenas a existência de avanço autoritário sobre as instituições da democracia, sem tentativa de legitimação e justificação pelo emprego do discurso populista, não caracterizara populismo – apenas outra forma de autoritarismo.

Imagem 1: Conceitualização – discurso populista, avanço autoritário e governo populista



Fonte: elaboração própria.

Paralelamente ao aprofundamento da bibliografia sobre a abordagem ideacional, será empreendida a leitura de autores que a aproximam do estudo de governos populistas

(HUBER, SCHIMPF, 2017; PLATTNER, 2010; GALSTON, 2017; GALSTON, 2018; URBINATI, 2013; SELIGSON, 2007; MÜLLER, 2016, MÜLLER, 2017). Apesar de não abordarem especificamente a aplicabilidade da definição ideacional para a classificação de governos populistas, estes últimos autores exploram ações governamentais implementadas por lideranças consideradas populistas que resultam no enfraquecimento de instituições e procedimentos da democracia. Consensos sobre as ações governamentais que levam ao avanço autoritário e compreensões sobre o que define um governo populista serão observados na exploração desta bibliografia como meio de justificar e elencar critérios que possam produzir a complementação pretendida por esta pesquisa.

Para elucidar o tipo de trabalho a ser desenvolvido, ressalta-se um exemplo. Uma das ações governamentais identificadas nesta literatura, e que poderá guiar o trabalho, é a aprovação de mudanças nas regras de aposentadoria de ministros da Suprema Corte como meio para submetê-la aos interesses do Executivo no momento da indicação de novos juízes (MÜLLER, 2016; RUMMENS, 2017). Esta ação, se somada a outras, resulta no enfraquecimento da separação de poderes e no controle, por parte do Executivo, de instâncias que deveriam ser independentes em relação aos interesses momentâneos representados no governo. A identificação, por meio da bibliografia da área, desta ação governamental (mudanças nas regras da aposentadoria) e de seu resultado, que poderia ser enquadrado como avanço autoritário, a depender da concretização de outras ações (governo centralizado no Executivo e com os pesos e contrapesos enfraquecidos) é um exemplo do caminho a ser percorrido rumo à definição das ações governamentais a serem consideradas, de seu resultado enquanto avanço autoritário e da construção de uma definição ampliada de populismo que seja capaz de endereçar o estudo de governo populistas.

O propósito empírico da presente pesquisa, por sua vez, é testar uma definição ampliada de populismo mediante operacionalização, elaboração e aplicação de um método que classifique, como mais ou menos populistas, as ações governamentais de lideranças políticas que chegaram à chefia do Executivo e que empregam um discurso populista. Tendo avançado no primeiro objetivo, a elaboração deste método será empenhada por meio da pesquisa de possibilidades de identificação das ações governamentais definidas previamente e do avanço institucional detalhado no cumprimento do propósito teórico.

Em outras palavras, uma vez definido o que se deve considerar como avanço autoritário, é preciso desenvolver um modo de apreendê-lo de forma sistemática entre governos e/ou períodos históricos diversos. Neste ponto, bases de dados e indicadores sobre a qualidade da democracia podem ser pensados como meio para construir este método e avaliar o avanço autoritário nos países analisados ao longo do tempo. Há mais de um projeto que se propõe a mensurar a qualidade da democracia ao longo do tempo em diferentes países. Inicialmente, a metodologia e os dados primários do Barômetro da Democracia (BÜHLMANN et. al., 2012), que agrega mais de 100 indicadores, podem ser pensados como uma opção.

O Barômetro da Democracia considera três princípios fundamentais na construção de sua metodologia: a liberdade, a igualdade e o controle. Juntos, estes princípios resultam em nove elementos funcionais para a qualidade da democracia. Cada elemento agrega uma série de indicadores amparados por diversas bases de dados secundários, listadas em Bühlmann et. al., (2012). Para garantir a qualidade da mensuração, regras legais e a efetividade de seu cumprimento são consideradas por indicadores, e, quando possível, cada subcomponente inclui indicadores de mais de uma fonte. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, outras bases de dados poderão ser exploradas e testadas para que se chegue na melhor maneira de completar os objetivos propostos.

Se a dimensão discursiva é indispensável na identificação de governos populistas, esclarece-se que o método a ser desenvolvido deve ser necessariamente aplicado à governos liderados por presidentes ou primeiros-ministros que sustentam discursos populistas. A produção sobre chefes de governo que apresentam discurso populista é ampla, e a escolha dos exemplos a serem analisados, por esse critério, não deve apresentar grande dificuldade.

Para garantir que a escolha dos casos a serem analisados consiga mostrar o efeito de correção sobre a abordagem ideacional, 4 critérios serão seguidos. Primeiramente, deve-se escolher casos práticos considerados populistas por pesquisas fundamentadas na abordagem ideacional e na análise textual; deve-se escolher apenas casos das lideranças populistas que chegaram à chefia do Executivo; e deve-se escolher casos que não sejam limitados a uma única região ou continente, o que evita conclusões válidas apenas para dado contexto geográfico ou cultural (KALTWASSER et. al., 2017). Também será observado o

posicionamento no espectro político direita-esquerda dos casos analisados para buscar diversidade na classificação proposta.

A tabela abaixo apresenta uma listagem inicial de lideranças consideradas populistas por trabalhos fundamentados na abordagem ideacional e que seguem os critérios definidos até aqui. Ressalta-se que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pretende-se reduzir os casos analisados a 3, para que o objetivo proposto seja exequível no tempo de um programa de mestrado. A existência dos dados necessários à aplicação do método a ser desenvolvido será considerada na escolha dos casos a serem analisados.

Lideranças consideradas populistas pela abordagem ideacional	Autor(es) que classifica(m) a liderança como populista
Bill Clinton (EUA)	Bonikowski e Gidron (2016)
George W. Bush (EUA)	Hawkins (2010)
Hugo Chávez (Venezuela)	Hawkins (2010)
Juan Velasco Alvarado (Peru)	Hawkins e Kaltwasser (2017)
Alan García (Peru)	Hawkins e Kaltwasser (2017)
Aléxis Tsípras (Grécia)	Katsambekis (2016)
Tony Blair (Reino Unido)	Mudde (2004)
Silvio Berlusconi (Itália)	Mudde (2004)
Andrzej Duda (Polônia)	Mudde e Kaltwasser (2017)
Evo Morales (Bolívia)	Mudde e Kaltwasser (2017)
Carlos Menem (Argentina)	Mudde e Kaltwasser (2017)
Recep Tayyip Erdoğan (Turquia)	Müller (2016) e Erçetin e Erdoğan (2018)
Viktor Orbán (Hungria)	Müller (2016) e Kacijan (2015)

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, D. EGOROV, G. SONIN. K. A Political Theory of Populism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 128, n. 2, p. 771-805, 2013.

- BATORY, A. Populists in government? Hungary's "System of national cooperation". *Democratization*, v. 23, n. 2, 283–303, 2016.
- BERGSDORF, H. Rhetorik des Populismus am Beispiel rechtsextremer und rechtspopulistischer Parteien wie der Republikaner, der FPÖ und des Front National. *Zeitschrift für Parlamentsfragen*, v. 31, n. 3, 2000. In: MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, 2004.
- BONIKOWSKI, B. GIDRON, N. The Populist Style in American Politics: Presidential Campaign Discourse, 1952–1996. *Social Forces*, v. 94, n. 4, p. 1593-1621, 2016.
- BÜHLMANN et. al., The Democracy Barometer: A New Instrument to Measure the Quality of Democracy and its Potential for Comparative Research. *European Political Science*, v. 11, n. 4, p. 519-536, 2012.
- CANOVAN, M. "Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy". *Political Studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1991.
- CANOVAN, M. *Populism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.
- CLEEN, B. Populism and nationalism, 2017. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 18, p. 342-362.
- COPPEDGE et. al. Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 2, p. 247-267, 2017.
- DORNBUSCH, R. EDWARDS, S. (Eds.) *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- ERÇETIN, T. ERDOĞAN, E. How Turkey's repetitive elections affected the populist tone in the discourses of the Justice and Development Party Leaders. *Philosophy and Social Criticism*, v. 44, n. 4, p. 382-398, 2018.
- GALSTON, W. A vez do populismo. *Journal of Democracy em português*, v. 6, n. 2, 2017.
- GALSTON, W. The populist challenge to liberal democracy. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 2, 2018.
- HAWKINS, K. Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 8, p. 1040-1067, 2009.
- HAWKINS, K. KALTWASSER, C. Introduction: The ideational approach. In: HAWKINS, K. et. al. (Eds.). *The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis*, 2018b. cap. 1. p. 1-24.
- HAWKINS, K. KALTWASSER, C. Measuring populist discourse in the United States and beyond. *Nature Human Behaviour*, v. 2, p. 241–242, 2018a.
- HAWKINS, K. KALTWASSER, C. The Ideational Approach to Populism. *Latin American Research Review*, v. 52, n. 4, 2017.
- HAWKINS, K. *Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HUBER, R. SCHIMPF, C. On the distinct effects of left-wing and right-wing populism on democratic quality. *Politics and governance*, v. 5, pp. 146-165, 2017.

- JAGERS, J. WALGRAVE, S. "Populism as political communication style: an empirical study of political parties' discourse in Belgium," *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 3, p. 319-45, 2007.
- KACIJAN, B. Who is populist in Central and Eastern Europe? A comparative analysis of prime ministers' populist discourse. *Corvinus Journal of Sociology and Social Policy*, v. 6, n. 1, p. 71-92, 2015.
- KALTWASSER, R. et. al. Populism: An Overview Of The Concept And The State Of Art. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 1, p. 1-26.
- KATSAMBEKIS, G. Radical Left Populism in Contemporary Greece: Syriza's Trajectory from Minoritarian Opposition to Power. *Constellations*, v. 23, n. 3, p. 391-403, 2016.
- KAZIN, M. *The Populist Persuasion: An American History*. Nova York: Basic Books, 1995.
- LACLAU, E. *On Populist Reason*. New York: Verso, 2005.
- LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism and Populism*. New Left Books, 1977.
- LANDAU, D. Populist Constitutions. *University of Chicago Law Review*, n. 861, p. 521-543, 2018.
- LEVITSKY, S. LOXTON, J. Populism and competitive authoritarianism in the Andes. *Democratization*, v. 20, n. 1, p. 107-136, 2013.
- LOWNDES, J. "From founding violence to political hegemony; the conservative populism of George Wallace," in Francisco Panizza (ed.), *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres: Verso, 2008.
- MARKOWSKI, R. The Polish parliamentary election of 2015: a free and fair election that results in unfair political consequences. *West European Politics*, v. 39, n. 6, p. 1311-1322, 2016.
- MUDDE, C. KALTWASSER, C. Studying populism in comparative perspective: reflections on the contemporary and future research agenda. *Comparative Political Studies*, v. 27, n. 1, 2018.
- MUDDE, C. KALTWASSER, R. *Populism: A Very Short Introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2017.
- MUDDE, C. Populism: An ideational approach, 2017. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 2, p. 27-47.
- MUDDE, C. Right-wing extremism analyzed: A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD, NDP, CP'86). *European Journal of Political Research*, v. 27, n. 2, 1995.
- MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, 2004.
- MÜLLER, J. Populism and Constitutionalism. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 30, p. 590-606.
- MÜLLER, J. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

- OSTIGUY, P. Populism: A Socio-Cultural Approach. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). The Oxford Handbook of Populism. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 4, p. 73-99.
- PANIZZA, F. "Introduction: populism and the mirror democracy," in Francisco Panizza (ed.), Populism and the Mirror of Democracy. Londres: Verso, 2005.
- PLATTNER, M. Populism, pluralism and liberal democracy. *Journal of Democracy*, v. 21, n. 1, 2010.
- RAGIN, C. Fuzzy-set social science. The University of Chicago Press, 2000.
- RIKER, W. Liberalism Against Populism: A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice. Waveland Pr Inc, 1988.
- ROODUIJN, M. Et. Al. The PopuList: An Overview of Populist, Far Right, Far Left and Eurosceptic Parties in Europe, 2019. Disponível em: <<http://www.popu-list.org>>.
- RUMMENS, S. Populism as a threat to liberal democracy. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). The Oxford Handbook of Populism. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 28. p. 554-570.
- SELIGSON, M. The rise of populism and the left in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 3, 2007.
- TAGGART, P. Populism. Filadélfia: Open University Press, 2000.
- URBINATI, N. The Populist Phenomenon. *Raisons politiques*, v. 51, n. 3, 2013.
- VASILOPOULOU et. al. Greece in Crisis: Austerity, Populism and the Politics of Blame. *Journal of Common Market Studies*, v. 52. n. 2, p. 388-402, 2014
- WEYLAND, K. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. *Comparative Politics*, v. 34, n. 1, 2001.
- WEYLAND, K. Neoliberal populism in Latin America and Eastern Europe. *Comparative Politics*, v. 31, n. 4, 1999.
- WEYLAND, K. Populism: A political-strategic Approach. In: KALTWASSER, R. et. al. (Eds.). The Oxford Handbook of Populism. Oxford: Oxford University Press, 2017. cap. 3, p. 48-72.